



i

13-08-2013

Periodicidade: Diária

Temática: Política

Classe: Informação Geral

Dimensão: 912

Âmbito: Nacional

Imagem: S/Cor

Tiragem: 80000

Página (s): 1/2/3

# Função pública. Governo envia propostas de rescisão sem apresentar a reforma do Estado

// PÁGS. 2-3

Hospitais têm pessoal a mais nuns serviços e a menos noutros. Desde médicos, passando pelos administrativos e os enfermeiros

RODRIGO CABRITA



## Rescisões no Estado. Tudo ao molho e fé em Deus

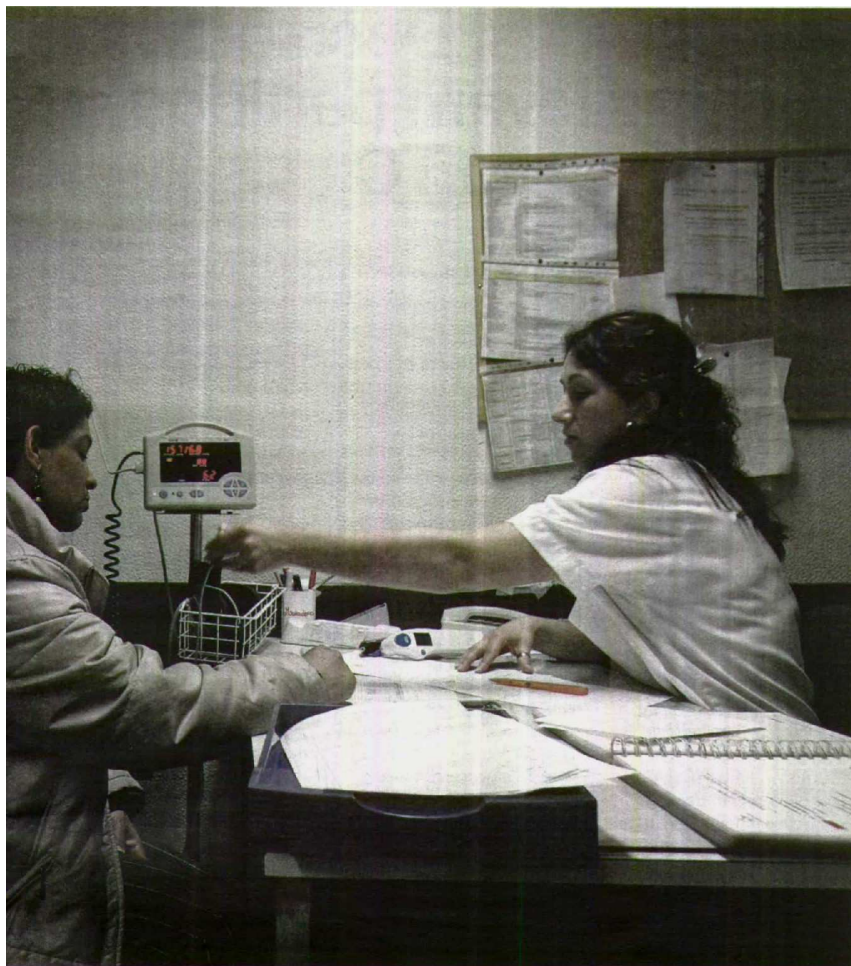
Reforma do Estado é norteadada pela poupança e não pela racionalidade dos recursos humanos. Afinal ninguém tem coragem de assumir cortes

MARGARIDA BON DE SOUSA  
[margarida.bondesousa@ionline.pt](mailto:margarida.bondesousa@ionline.pt)

O deputado do PSD Guilherme Silva, o médico Miguel Oliveira e Silva e o sindicalista João Proença, provenientes de vários quadrantes políticos, são unânimes em concordar que as rescisões amigáveis deveriam ter avançado de outra forma. Ou seja, deveria ter sido feito previamente

um levantamento das necessidades de mão-de-obra de cada serviço e só depois enviados os convites.

"É óbvio que em diversos departamentos há excesso de médicos, noutros de enfermeiros e noutros de pessoal administrativo", disse ao *i* Miguel Oliveira e Silva, presidente do Conselho Nacional de Ética das Ciências e médico em Santa Maria. "Nou-



tros há escassez. É preciso ver caso a caso. E era necessário que os directores tivessem a coragem de apontar os serviços em que há excesso de trabalhadores. Porque se não têm essa coragem, sofrem todos indiscriminadamente.”

Vários serviços públicos começaram a enviar as cartas de proposta de rescisão amigável no início deste mês, indicando aos funcionários públicos os valores que podem receber em caso de cessação de contrato com o Estado, tendo como objectivo a saída de 15 mil trabalhadores.

“Até percebo que no grupo etário dos 35 aos 50 anos o Estado possa poupar porque deixa de pagar salário ou reforma”, disse o ex-secretário-geral da UGT, João Proença. “A pessoa vai eventualmente voltar a trabalhar e parte da reforma já vai ser paga pela Segurança Social. Mas a mim parece-me uma medida avulsa, pouco pensada. Por exemplo, um grupo em que se têm identificado grandes défices é nos assistentes educativos. Era

necessário promover a mobilidade para satisfazer as necessidades das escolas, ainda que através de uma mobilidade forçada, como foi negociada com os bancários.”

Proença teme também que esta nova sangria de funcionários públicos se traduza em estrangulamentos de mais serviços públicos, nomeadamente os que têm interface com o público, como é o caso da Segurança Social, em que as reformas e as reformas antecipadas deixaram o atendimento à mingua, obrigando os utentes a uma verdadeira batalha de sobrevivência para conseguirem resolver os seus problemas.

“É lamentável que os sucessivos governos mexam na administração pública pela óptica da poupança e nunca na perspectiva de melhorar o funcionamento dos serviços”, diz ainda Proença, acrescentando que a OCDE já avisou que o Estado português está a atingir um nível mínimo que pode pôr em causa o seu funcionamento.

**MADEIRA NÃO RESCINDE** O jardim de Alberto João escapa às rescisões amigáveis. O deputado social-democrata Guilherme Silva espera “sinceramente que sejam adoptadas medidas” que não conduzam a uma falta de recursos humanos.

“É evidente que esta reforma do Estado está muito associada a uma ideia de poupança e não é do meu ponto de vista a reforma do Estado que deve ser pensada e repensada. A questão prévia é a revisão da Constituição, em termos de repensar as funções do Estado, e a partir daí confirmávamos uma reforma do Estado que incluía a administração pública. Infelizmente só damos passos destes quando somos compelidos de fora para dentro. E porque há condicionantes impostas, este não é o melhor caminho para uma verdadeira reforma do Estado.”

O deputado do PSD disse ainda esperar que, pelo facto de não se terem analisado as necessidades do Estado, o caminho agora adoptado não venha a resultar em novas contratações.

### Citações

“É evidente que há serviços que têm excesso de médicos, de enfermeiros e de administrativos. E há outros em que há escassez. É preciso que os directores tenham a coragem de assumir a realidade para que não sofram todos”

*Miguel Oliveira e Silva*

PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE ÉTICA PARA AS CIÊNCIAS DA VIDA

“Os cortes do governo são sempre feitos na óptica dos cortes e nunca na perspectiva de melhorar o funcionamento dos serviços”

*João Proença*

SECRETARIADO NACIONAL DO PSD

“Espero que não venha a haver falta de recursos humanos. Esta reforma está só associada à poupança”

*Guilherme Silva*

DEPUTADO SOCIAL-DEMOCRATA